

# Visão da semana: os devedores e a retomada

Como vem-se tornando praxe nos últimos meses, a situação dos países fortemente endividados ocupa o principal espaço do noticiário econômico. Desta feita, o evento em destaque foi a reunião de Cartagena, que contou com a participação de 11 nações latino-americanas preocupadas em encontrar um equacionamento razoável para seu endividamento em um contexto internacional ainda bastante incerto. O posicionamento da Argentina revelou-se o mais delicado, em função das particularidades que o governo deste país procura impor ao processo de escalonamento de seus débitos.

A questão toda poderia limitar-se apenas à Argentina, não fossem negativos os efeitos que esta atitude de endurecimento provoca para países onde o quadro é diferente. Os bancos norte-americanos passaram a ter de seguir bem mais à risca as normas de contabilização de seus empréstimos a tais nações, fato este que resulta diretamente da ação de intransigência do governo argentino ante o Fundo Monetário Internacional. Para o Brasil, isto traz consequências totalmente desnecessárias, na medida em que a evolução do programa de ajustamento permite um tratamento diferenciado de seus respectivos problemas. É de se esperar que prevaleça, por parte dos credores de modo geral, a filosofia que respeita a individualidade de cada caso.

Internamente, a semana econômica mostrou-se pouco movimentada, devido ao feriado de quinta-feira. No entanto, isso não impediu que os consumidores fossem agraciados com um novo reajuste nos preços da gasolina e do álcool, com maior ênfase neste último. Com efeito, enquanto o aumento médio dos derivados ficou em 27,6%, o álcool foi remarcado em 43,9%, tendo até mesmo alterada sua paridade em relação à gasolina (64% a partir de agora). É lícito supor que esta estratégia reflete a tentativa de o governo reduzir um pouco os subsídios à produção de álcool.

Na área das cadernetas de poupança, as autoridades julgaram conveniente isentar a totalidade dos depósitos da taxa do Imposto de Renda. A medida foi tomada depois de alguns dias de intensos boatos a respeito de um eventual congelamento destes depósitos, fato que chegou a ser impregnado de fortes conotações políticas. A isenção do imposto não deve significar uma mudança de vulto na atratividade das cadernetas em relação aos demais ativos financeiros. Na realidade, não se justificou o alarde promovido por alguns em torno da questão, mesmo porque os beneficiados (os grandes depositantes) representam uma ínfima minoria do universo abrangido. O fortalecimento do Sistema Financeiro da Habitação passa, efetivamente, por medidas de caráter bem mais profundo do que esta mera isenção.

O setor agrícola continua conturbado, no que diz respeito à comercialização da safra. O governo autorizou as exportações de algodão e de arroz, como forma de agilizar um pouco as vendas a nível de produtor e compensar a grave escassez de crédito. Resta verificar se tais providências poderão traduzir-se por menores pressões inflacionárias nos próximos meses, o que traria grande alívio ao País e às autoridades, um tanto desconcertadas com o comportamento dos índices até agora.

Têm sido frequentes as declarações, por parte de ministros da área econômica, de impotência ante a escalada dos preços. Costumam alegar que tudo fizeram para impedir este fenômeno, quando a realidade se encarrega de evidenciar o contrário. Os exemplos mais notórios são a falta de controle sobre a expansão monetária e os cortes sem critério nos investimentos de algumas empresas estatais, enquanto seus gastos mantêm-se em níveis demasiadamente elevados. Isto deixa entrever as dificuldades a curto prazo para amenizar a inflação. Geralmente, o governo encontra, nas adversidades, um ótimo pretexto para confirmar que foi surpreendido, malgrado seus redobrados esforços...